



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº08/2025**

Período: 22/03/2025 a 28/03/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Exército Brasileiro e Supremo Tribunal Federal formaram parceria para desenvolvimento de ações sustentáveis
- 2- Ex-ministro discorreu sobre o papel das Forças Armadas na posse de José Sarney
- 3- Jornal avalia que atual governo não é eficaz no recadastramento de armas
- 4- Diplomata aposentado opinou sobre defesa e soberania brasileira
- 5- Ministério dos Direitos Humanos admitiu erros na identificação de ossadas de vítimas da ditadura militar
- 6- Jornalista opinou sobre a importância de reconhecimento e memória no combate às ditaduras
- 7- Reportagem especial relembra os desaparecidos da ditadura militar
- 8- Veto à construção de novo prédio do Exército é mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 9- Ex-assessor do ministro de Defesa evidencia importância de mudança estrutural nas Forças Armadas
- 10- Militares e atos golpistas I: Supremo Tribunal Federal julgou denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e militares acusados de golpe de Estado
- 11- Militares e atos golpistas II: por unanimidade, Supremo Tribunal Federal tornou réus militares e o ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe de Estado
- 12- Militares e atos golpistas III: jornal ressaltou que, ao tornar Bolsonaro réu, Supremo Tribunal Federal realizou marco histórico

1- Exército Brasileiro e Supremo Tribunal Federal formaram parceria para desenvolvimento de ações sustentáveis

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Federal (STF) inaugurou uma usina fotovoltaica que proporciona um novo sistema de energia solar instalado em edifícios anexos ao Tribunal, que busca reduzir cerca de R\$275 mil nos gastos com energia elétrica. A nova usina pertence ao programa STF +Sustentável, que busca medidas mais eficientes e responsáveis para o meio ambiente. Conforme informado pelo jornal, o projeto teve seu início marcado pelo acordo de cooperação técnica com o Exército Brasileiro, em janeiro de 2024. A parceria busca o desenvolvimento de ações de sustentabilidade e conta com a consultoria especializada do Exército para a

instalação e manutenção das estruturas fotovoltaicas em várias regiões do país. (Correio Braziliense – Política – 23/03/25)

## 2- Ex-ministro discorreu sobre o papel das Forças Armadas na posse de José Sarney

Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do governo de Michel Temer (2016-2018), Wellington Moreira Franco, falou sobre o papel das Forças Armadas na transição política de 1985, afirmando que não houve articulações dentro do Partido Democrático Social (PDS) para impedir a posse de Tancredo Neves e que o próprio governo militar tinha feito acordos para garantir que a transição fosse realizada de forma segura. Moreira Franco ainda pontuou que, se Tancredo tivesse assumido a presidência, ele não teria dificuldades com os militares, pois, em sua avaliação, o presidente eleito tinha uma relação respeitosa com as Forças Armadas. Além disso, o entrevistado reforçou que não havia uma resistência política e sim a preocupação com a crise econômica que se agravava no país. Segundo Moreira Franco, não houve resistência das Forças Armadas com a confirmação de José Sarney (1985-1990) como presidente, sendo o general Leônidas Pires Gonçalves, que havia assumido o Ministério do Exército, um defensor da redemocratização. O entrevistado ainda comentou que não teve conhecimento de quaisquer movimentações do general Walter Pires para impedir a posse de Sarney, já que a transição tinha sido consolidada e contava com amparo político e militar. (Correio Braziliense – Política – 23/03/25)

## 3- Jornal avalia que atual governo não é eficaz no recadastramento de armas

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* discorreu acerca do controle do porte de armas de fogo no Brasil, informando que atualmente tal controle é exercido pelo Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) do Exército, e que o recadastramento dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) não tem sido feito de maneira eficaz no atual governo. Segundo o *Estado*, mais de seis mil unidades de armas de uso restrito não foram apresentadas na campanha de recadastramento, que passará a ser responsabilidade da Polícia Federal. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 25/03/25)

## 4- Diplomata aposentado opinou sobre defesa e soberania brasileira

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o diplomata aposentado Rubens Barbosa afirmou que a estratégia da defesa nacional do Brasil não deveria levar em consideração apenas o desenvolvimento interno, mas também o desenvolvimento tecnológico e a dependência externa de fornecimento de equipamento bélico. Barbosa frisou que o esforço deve ser feito visando uma autonomia gradual das Forças Armadas, com base em sua atualização material e orçamentária, envolvendo uma redução do efetivo e a modernização das estruturas e equipamentos. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 25/03/25)

#### 5- Ministério dos Direitos Humanos admitiu erros na identificação de ossadas de vítimas da ditadura militar

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que a ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, reconheceu em cerimônia a negligência governamental, entre 1990 e 2014, nos procedimentos de guarda e identificação de esqueletos localizados na vala de Perus, no cemitério Dom Bosco, em São Paulo, usada clandestinamente durante a ditadura militar (1964-1985). As ossadas, descobertas em 1990, foram levadas à Universidade Estadual de Campinas e à Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, os restos mortais se encontram sob estudo pelo Grupo de Trabalho Perus, da Universidade Federal de São Paulo, recém reaberto após sua extinção durante o governo Bolsonaro (2019-2022). No momento, apenas cinco entre as 41 ossadas foram identificadas. (Folha de S. Paulo - Política - 26/03/25)

#### 6- Jornalista opinou sobre a importância de reconhecimento e memória no combate às ditaduras

Em coluna publicada pelo *Correio Braziliense*, o jornalista Rodrigo Craveiro reforçou a importância da memória no combate à ditadura e no reconhecimento das vítimas. Citando entrevistas feitas com sobreviventes da ditadura argentina, Craveiro argumentou pela necessidade de clamar por justiça em um momento crítico para o Brasil, após a tentativa de golpe em 2023. O jornalista se posicionou contra a anistia e a favor da punição daqueles que atentam contra a democracia. (Correio Braziliense - Opinião - 26/03/25)

#### 7- Reportagem especial relembra os desaparecidos da ditadura militar

Em reportagem do “Especial 40 anos de democracia”, o periódico *Correio Braziliense* relembrou as histórias de Fernando Santa Cruz e Jayme Miranda, dois militantes desaparecidos durante a ditadura militar (1964-1985). Segundo a entrevista de seu filho, Felipe Santa Cruz, Fernando Santa Cruz, servidor público e estudante de direito, fazia parte da resistência pacífica da Juventude Católica e desapareceu em 23 de fevereiro de 1974. Posteriormente, Cláudio Guerra, na época delegado do Departamento de Ordem Política e Social, afirmou que Santa Cruz e seu colega Eduardo Collier foram assassinados na Casa da Morte de Petrópolis e incinerados em usina pertencente a um senador do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena). O advogado Jayme Miranda, secretário de organização do Partido Comunista Brasileiro, desapareceu após uma emboscada e nunca teve seus restos mortais encontrados. O ex-agente Marival Chaves revelaria, em 1992, que Miranda foi levado a uma boate em São Paulo, onde foi torturado por 20 dias e, em seguida, queimado, esquartejado e jogado em um rio, na cidade Avaré, estado de São Paulo. (Correio Braziliense - Brasil - 26/03/25)

#### 8- Veto à construção de novo prédio do Exército é mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Conforme noticiado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) manteve o veto à construção de um prédio de 45 metros de altura planejado para estadia de funcionários do Colégio Militar

do Exército, nas proximidades do Complexo do Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. O local é tombado, permitindo apenas edificações de até 15 metros. O Exército afirma que a obra foi autorizada e que está de acordo com os planos técnicos aprovados pela Prefeitura, mas o Ministério Público Federal (MPF) concluiu que o projeto desrespeita as restrições de altura, o que pode resultar na suspensão das obras. (O Estado de S. Paulo – Política - 27/03/25)

#### 9- Ex-assessor do ministro de Defesa evidencia importância de mudança estrutural nas Forças Armadas

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Gunther Rudzit, discorreu sobre a necessidade de mudança nas Forças Armadas do Brasil para garantir a capacidade de autodefesa do país. Ele afirmou que em meio a atual realidade global politicamente instável, é evidente a importância de adaptação do sistema de defesa nacional e das Forças. O professor explicou que a interação entre as Forças Armadas e o poder civil ainda enfrenta desafios e que o país precisa de um planejamento claro para definir o que se espera do emprego conjunto das instituições de defesa, algo que ainda não foi concretizado devido a divergências doutrinárias, políticas e de escassez de recursos. Rudzit criticou o fato de que, devido à “militarização” do Ministério da Defesa, não há propostas no Congresso Nacional que abordem a criação de uma carreira civil para garantir que os ajustes necessários para fortalecer a defesa do país sejam feitos sem pressões corporativas. Ele então concluiu que a classe política precisa aprofundar-se nas questões militares, crucial para modernizar o sistema de defesa, tendo como guia principalmente o apoio de centros de estudos civis especializados. (Correio Braziliense - Opinião - 27/03/25)

#### 10- Militares e atos golpistas I: Supremo Tribunal Federal julgou denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e militares acusados de golpe de Estado

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram amplamente como decorreram os dois dias de julgamento, realizado pela primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF), de aceitação da denúncia realizada pela Procuradoria Geral da União (PGR) contra o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), os ex-ministros da Defesa, general Walter Braga Netto e general Paulo Sérgio Nogueira, o ex-ministro do Gabinete de segurança Institucional, general Augusto Heleno, o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, o deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Alexandre Ramagem, o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos e, por fim, o ex-ajudante de ordens tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid. De acordo com as notícias veiculadas, o grupo é acusado pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado, sendo o ex-presidente Jair Bolsonaro enquadrado como líder da organização. O julgamento teve início às 9h30 da manhã do dia 25/03/2025 e terminou no dia 26/03/2025. Como veiculado pelos três jornais, no primeiro dia foram duas sessões realizadas. A primeira, pela manhã, com exposições iniciais do ministro-relator, Alexandre de Moraes, e do

Procurador Geral da República, Paulo Gonet, seguidas da defesa de cada um dos acusados; já na segunda, pela tarde, o colegiado votou os petições apresentados pelos advogados dos acusados. Assim, ficando para a terceira sessão a votação da aceitação da denúncia. De acordo com os periódicos, as defesas focaram em tentar blindar os acusados de se tornarem réus através de questionamentos sobre a lisura da acusação da PGR e a legitimidade da corte. Os petições foram baseados em: desqualificação do ministro-relator, do ministro Flávio Dino e do ministro Cristiano Zanin; nulidade da delação do coronel Mauro Cid; incompetência da primeira turma para julgamento do caso, devendo ser repassado ao plenário do STF; solicitação de juiz de garantias, por parte da defesa do ex-presidente; alegação de que os acusados não mais possuem prerrogativa de função, devendo o julgamento ser realizado em primeira instância; e, por fim, a defesa do general da reserva Augusto Heleno questionou a divisão do processo em grupos distintos. Todos os petições foram negados pela primeira turma por unanimidade, ressalvando o petição da incompetência da Primeira Turma, o qual, conforme destacado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, foi deferido pelo ministro Luiz Fux, que afirmou no seu voto "pior que o juiz que não sabe direito é o juiz incoerente. Peço vênia para manter minha posição, até porque não é tão pacífica assim". Outro petição acentuado pelos periódicos citados foi o de nulidade da delação do coronel Mauro Cid, no qual, o ministro Luiz Fux, acompanhado da decana ministra Cármen Lúcia e do presidente da Primeira Turma ministro Cristiano Zanin, declarou que "Este não é o momento próprio, mas vejo com muita reserva nove delações de um mesmo colaborador, cada hora apresentando uma novidade", logo, havendo concordância dos três ministros de que a delação deverá ser discutida posteriormente, caso a acusação fosse aceita. Por outro lado, o jornal *O Estado de S. Paulo* pontuou o reconhecimento feito por todas as defesas da gravidade da denúncia apresentada, como também dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, buscando, dessa forma, não descredibilizar a acusação, mas afastar a participação dos seus clientes. Ainda sobre a defesa, a *Folha de S. Paulo* colocou em voga a fala do advogado Celso Vilardi, defensor do ex-presidente, na qual ele afirmou que Bolsonaro não participou da trama, mas sim ajudou a realizar uma transição pacífica dentro das forças armadas, em suas palavras "Foi o presidente que determinou a transição, que eles (chefes das Forças) atendessem o ministro da Defesa (José Múcio) que assumiria em janeiro. Não é possível dizer que é compatível com uma tentativa de golpe e com o uso do comando militar quando o presidente da República autoriza a transmissão do poderio militar em dezembro (de 2022)", fazendo referência às falas do ministro da defesa, José Múcio, em entrevista à TV Cultura em fevereiro deste ano, em que afirmou que precisou ligar para o então presidente Jair Bolsonaro, durante o período de transição em 2022, pedindo ajuda para contatar as forças. Duas colunas opinativas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* abordaram o tema do julgamento. A coluna publicada pelo *Correio Braziliense*, escrita por Luís Carlos Azedo, fez uma comparação entre o julgamento e as incursões contra Canudos, realizadas pelo Exército brasileiro, afirmando que o julgamento respeita a lei de murici, ou seja, "É tempo de murici, cada um cuide de si", remetendo à fala do personagem histórico da terceira batalha contra a comunidade, coronel Tamarindo. A segunda coluna, veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, escrita por Dora Kramer, reverenciou o julgamento, pontuando-o como historicamente simbólico para a sociedade e política

brasileiras, tanto pela presença de militares altamente graduados, quanto pelo teor das acusações. A colunista ainda apontou como altamente simbólico para a memória do país a presença de familiares de Vladimir Herzog e Zuzu Angel - figuras públicas vitimadas na ditadura de 1964 - convidados a assistir o julgamento. (Correio Braziliense - Política - 25/03/25; Correio Braziliense - Política - 26/03/25; Folha de S. Paulo - Política - 25/03/25; Folha de S. Paulo - Opinião - 26/03/25; Folha de S. Paulo - Política - 26/03/25; O Estado de S. Paulo - Política - 26/03/25)

#### 11- Militares e atos golpistas II: por unanimidade, Supremo Tribunal Federal tornou réus militares e o ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe de Estado

Conforme noticiado nos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e sete aliados foram tornados réus no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado e enfrentam acusações de crimes como organização criminosa armada e tentativa de abolição do Estado democrático, relacionada a um plano para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. A denúncia foi aceita por unanimidade pela Primeira Turma, que destacou a conexão com os ataques de 8 de janeiro de 2023, sendo que, se condenados, as penas podem chegar a 43 anos de cárcere. Após ser declarado réu, Bolsonaro atacou o STF e o presidente Lula, negando envolvimento no golpe e questionando as provas. Criticou também o sistema eleitoral e defendeu a anistia para os envolvidos nos ataques. Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o deputado Chico Vigilante (PT) condenou os golpistas e criticou Eduardo Bolsonaro por suas acusações contra o Brasil. Ele também se posicionou sobre a política no Distrito Federal e a importância da união para as eleições. Foi notado pelos periódicos que o ministro Luiz Fux, embora tenha apoiado o relatório do ministro Alexandre de Moraes, questionou a delação de Mauro Cid e defendeu uma análise diferenciada da culpabilidade de cada réu, sugerindo uma interpretação mais dinâmica do caso. Os ministros da Primeira Turma do STF ressaltaram a gravidade dos ataques de 8 de janeiro e a evidência de um plano premeditado, criticando a tentativa de minimização dos atos golpistas. A ministra Cármen Lúcia comparou a democracia com a ditadura, e o ministro Flávio Dino afirmou que golpes não podem ser banalizados. Os ministros Luiz Fux e Cristiano Zanin elogiaram o relatório de Alexandre de Moraes, que detalhou a participação de Bolsonaro e aliados. Para *A Folha*, o STF iniciou um processo histórico ao tornar Jair Bolsonaro e sete aliados réus por tentativa de golpe de Estado e crimes relacionados já que, pela primeira vez, civis e militares envolvidos em uma tentativa golpista são responsabilizados. A denúncia foi aceita graças aos indícios suficientes de materialidade e autoria dos crimes, e os réus agora têm a chance de se defender. De acordo com *a Folha*, o julgamento representa um avanço importante na resposta institucional à tentativa de golpe. O ex-ministro Marco Aurélio Mello criticou a competência do STF para julgar Bolsonaro, questionando por que outros ex-presidentes não foram processados pela corte. Ele também se alinhou com Luiz Fux em relação à revisão das penas para os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro. Bolsonaro, que está inelegível, refutou as acusações, chamando o julgamento de "teatro processual" almejando influenciar as eleições de 2026. Segundo os jornais, o julgamento deve ser

concluído até o fim de 2025, evitando impacto nas próximas eleições. (Correio Braziliense - Política- 27/03/25; Folha de S. Paulo- Política - 27/03/25 O Estado de S. Paulo- Política - 27/03/25)

#### 12- Militares e atos golpistas III: jornal ressaltou que, ao tornar Bolsonaro réu, Supremo Tribunal Federal realizou marco histórico

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou um processo histórico ao tornar Jair Bolsonaro e sete outras pessoas, incluindo altos oficiais militares, réus por tentativa de golpe de Estado e crimes relacionados. Na avaliação do jornal, é a primeira vez que civis e militares envolvidos em uma tentativa golpista serão responsabilizados e, portanto, a decisão é um avanço notável para as instituições brasileiras, principalmente considerando que a República brasileira nasceu de um golpe de Estado. A denúncia do procurador-geral da República, que trouxe indícios suficientes para aceitar o processo, agora entra na fase na qual os réus podem contestar as acusações e apresentar sua defesa. Mesmo que tenha havido uma discussão extensa, é improvável que as acusações sejam rejeitadas. O julgamento poderá resultar em penas mais severas para os responsáveis pela tentativa de golpe. De acordo com a *Folha*, o fundamental é que as instituições resistiram à tentativa fracassada de golpe e estão agora respondendo adequadamente aos responsáveis. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho, que presidiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004), viu o fato como um marco histórico e triste. Em sua avaliação, a Primeira Turma do STF agiu rapidamente ao receber a denúncia em dois dias e o ex-presidente Bolsonaro, em sua defesa, admitiu ter falado com militares sobre a possibilidade de um golpe. No julgamento, ele tentou se apresentar como inocente, mas há indícios definitivos de sua culpa e risco de fuga, além de sua influência no meio militar. O colunista notou como o vídeo exibido por Alexandre de Moraes, mostrando os eventos de 8 de janeiro, foi criticado, pois, apesar das evidências de violência, também deu argumentos às defesas, e reportou como Luiz Fux, por sua vez, criticou a pena dada à mulher que pichou a estátua da Justiça e, ao reconhecer o exagero, acabou dando apoio aos golpistas. O advogado concluiu que, com o processo na fase de instrução e as defesas podendo apresentar novas provas e pedir perícias, existe o risco de que o caso seja adiado, caso as defesas tentem transferir a análise para o plenário do STF. Já a jornalista Laura Greenhalg, também em coluna para a *Folha*, considerou a decisão do STF de aceitar a denúncia contra Jair Bolsonaro e aliados como positiva, uma vez que marca o início da fase de instrução do processo. Porém ela evidenciou que outras investigações relacionadas ao ex-presidente, como fake news, o "gabinete do ódio" e o enfrentamento da Covid-19, não podem ser ignoradas e lembrou que acontecimentos como a crise do oxigênio em Manaus, falsificação de vacinas e as joias árabes ainda devem ser esclarecidas. A jornalista ainda afirmou que ao atacar o STF no passado, o ex-presidente pode ter cometido um erro de cálculo ao ver o tribunal agora julgando sua conduta. (Folha de S. Paulo- Política - 27/03/25; Folha de S. Paulo- Opinião - 27/03/25)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação**

Brenda Rodrigues de Carvalho

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala